



EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

Taiana Dornelles Lago, discente de graduação do Curso de Serviço Social,
Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja.
Solange Emilene Berwig, docente do Curso de Serviço Social, Universidade Federal
do Pampa, Campus São Borja.

e-mail primeiro autor- taianaa.lagoo@gmail.com

Este estudo foi elaborado à partir de uma pesquisa exploratória, do tipo qualitativa, que utilizou para seu desenvolvimento a coleta documental, tendo como amostra intencional a *Política de Educação Permanente do SUS*, a análise desenvolvida está embasada na análise de conteúdo de Moraes (1998). O objetivo deste resumo é refletir sobre a importância da educação permanente enquanto política para a qualificação dos processos de trabalho dos trabalhadores na área da Saúde. Pensar nas mudanças no campo da saúde no Brasil, é pensar em uma mudança de paradigma pela emergência de um novo olhar sobre este campo. Tais mudanças exigem implementar processos de educação permanente para a garantia de direitos e a qualificação dos serviços prestados à população. A Educação Permanente tem o potencial de instituir no ambiente laboral, junto aos trabalhadores e equipes profissionais um estado de constante questionamento e reflexão acerca da pertinência e adequação dos seus processos de trabalho. Ainda, adequar as práticas profissionais quanto ao reconhecimento dos usuários como sujeitos de direitos capazes de agir para a modificação da realidade, demandas e aspirações das populações com as quais trabalham. Em 2009, através de esforços conjuntos dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), Ministério da Saúde (MS), e grupos da sociedade civil organizados, estruturou-se a construção de uma proposta aprovada como Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS). A PNEPS é concebida como estratégia do SUS para o processo de formação e desenvolvimento de trabalhadores, seus objetivos são: desenvolvimento de pesquisa, avaliação e planejamento de ações que compreendam a dimensão ampliada da saúde e integre outras políticas. (BRASIL, 2004). A necessidade de pensar ações que compreendam a dimensão ampliada da saúde no Brasil vem se desdobrando em diversas ações no campo da formação. Assim, a ideia de um processo de educação permanente no SUS, viabiliza incorporar um espaço para pensar, planejar, estudar e avaliar, novas ações de cuidado e proteção a partir das necessidades do território. A PNEPS representa um marco para a formação e trabalho em saúde no país. Resultado de lutas e esforços em torno da defesa do SUS e da política de educação dos profissionais de saúde, como forma de promover a transformação das práticas do trabalho em saúde, a PNEPS é uma conquista da sociedade brasileira. Em vista disso é que nos debruçamos a observar a política de educação permanente do SUS como uma possibilidade de viabilizar no campo

prático do cotidiano de trabalho os avanços já instituídos no campo legal do SUS. Sem dúvida, a política de Educação Permanente significa um avanço na área da saúde, e sua materialização requer esforços na articulação de parcerias institucionais entre serviço e ensino, educação e trabalho, numa perspectiva de compartilhamentos de responsabilidade para o desenvolvimento de processos formativos e qualificação dos serviços do SUS.

Palavras-chave: Educação Permanente; SUS; Qualificação profissional.